



Educação em Revista

ISSN: 0102-4698

ISSN: 1982-6621

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Melo, Victor Andrade de; Peres, Fabio de Faria  
A NATAÇÃO NAS ESCOLAS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX (1853-1889)  
Educação em Revista, vol. 32, núm. 1, 2016, Janeiro-Março, pp. 287-306  
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0102-4698143845

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399362312013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UFMG [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## A NATAÇÃO NAS ESCOLAS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX (1853-1889)

Victor Andrade de Melo\*

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fabio de Faria Peres\*\*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo discutir a oferta e a presença da natação nas escolas do Rio de Janeiro do século XIX (1853-1889), procurando desvendar suas distintas facetas, seus sentidos e significados. Para alcance desse intuito, como fontes foram utilizados periódicos editados na cidade, tomando-se os devidos cuidados de entender o publicado como posicionamentos que devem ser prospectados na sua materialidade. Trata-se de uma história de uma prática corporal, enredada a uma história da educação, que ajuda a lançar novos olhares para a vida social da capital do país no período em tela. Ao final, concluímos que a presença da natação nas escolas fluminenses alicerçava-se no discurso vigente de saúde, higiene e disciplina, relacionada a possíveis contribuições ao desenvolvimento dos indivíduos, da sociedade e da nação.

**Palavras-chave:** Natação. Educação Física. História. Rio de Janeiro.

---

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698143845>

\* Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

\*\* Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Bolsista de Pós-Doutorado (Capes) no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. E-mail: fabioperes@gmail.com.

## SWIMMING IN 19<sup>TH</sup> CENTURY RIO DE JANEIRO'S SCHOOLS (1853-1889)

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the offer and presence of swimming in 19th century Rio de Janeiro's schools (1853-1889), seeking to unveil its different facets, senses and meanings. To reach this aim, newspapers and magazines edited in the city were used as sources, taking care to understand published texts as representations that should be prospected in its materiality. It is history of a body practice, entangled with education's history, which helps shed new perspectives on social life in the capital during the period. At the end, we concluded that the presence of swimming in Rio de Janeiro's schools were related to current discourse of health, hygiene and discipline, related to possible contributions to the development of individuals, society and the nation.

**Keywords:** Swimming. Physical Education. History. Rio de Janeiro.

## INTRODUÇÃO

Depois de ter assistido à concorrida *feira de educação física*, Sérgio ficara convencido de que queria ser aluno do Atheneu: “uma consequência apaixonada da sedução do espetáculo, o arroubo de solidariedade que me parecia prender à comunhão fraternal da escola” (POMPÉIA, 2007, p. 23). No cotidiano do colégio, todavia, as coisas se mostraram distintas do que se esperava. Logo percebeu que teria que aprender a lidar com várias formas de violência, tensão e embate, inclusive as que atravessavam as práticas corporais oferecidas.

Sérgio descobriu isso já nos seus primeiros dias de internato, em função do “caso banal da natação; de consequências, entretanto, para mim, e origem de dissabores como jamais encontrei tão amargos” (POMPÉIA, 2007, p. 37). Se para alguns alunos os banhos eram uma ocasião festiva, o protagonista, fraco e franzino, os encarava com certa apreensão:

[...] turbulento debate de corpos nus, estreitamente cingidos no calção de malha rajado a cores, enleando-se os rapazes como lampreias, uns imergindo, reaparecendo outros, olhos injetados, cabelos a escorrer pela cara, vergões na pele de involuntárias unhas dos companheiros, entre gritos de alegria, gritos de susto, gritos de terror; os menores agrupados no raso, dando-se as mãos em cacho, espavoridos, se algum mais forte chegava. Dos maiores, alguns havia que faziam medo realmente, singrando a braçadas, levando a ombro a resistência d'água. (POMPÉIA, 2007, p. 37)

Segundo o olhar de Sérgio, o inspetor não conseguia fiscalizar a divisão por faixas etárias que deveria haver nos banhos, “de sorte que ficavam expostos os mais fracos aos abusos dos marmanjos que as espadanas d'água acobertavam”. O protagonista quase se afoga numa dessas situações, sendo salvo por Sanches, menino

mais velho que lhe impôs uma relação próxima e incômoda. Sérgio, aliás, desconfiava que, na verdade, o oportuno protetor lhe tivesse causado propositalmente o afogamento:

Mal tinha eu entrado, senti que duas mãos, no fundo, prendiam-me o tornozelo, o joelho. A um impulso violento cai de costas; a água abafou-me os gritos, cobriu-me a vista. Senti-me arrastado. Num desespero de asfixia, pensei morrer. Sem saber nadar, vi-me abandonado em ponto perigoso; e bracejava, à toa, imerso a desfalecer, quando alguém me amparou. (POMPÉIA, 2007, p. 38)

Nesses trechos de *O Ateneu*, romance de Raul Pompéia lançado em 1888, percebe-se um olhar sobre a presença da natação, mesclada com a prática dos banhos, no cotidiano de uma escola fluminense no final do século XIX<sup>1</sup>. Trata-se de uma obra ficcional<sup>2</sup>, mas, de fato, na ocasião de sua publicação, a modalidade<sup>3</sup> já existia na cidade há mais de 40 anos, bem como dava passos mais seguros no tocante a sua popularização.

Nos anos 1840, um estabelecimento pioneiramente ofereceu, no Rio de Janeiro, a possibilidade de prática da natação: a barca de banho. Instalada no oceano, próximo ao litoral, na região do Cais Pharoux (centro da cidade), era procurada pelos interessados em banhar-se sem a necessidade de se expor publicamente. Existia desde 1811; em 1842, a empresa responsável passou a reservar um dos tanques para a modalidade<sup>4</sup>. A partir de então, em empreendimentos semelhantes, isso se tornaria usual.

Na década de 1850, clubes, estabelecimentos comerciais, instituições médicas, unidades militares e escolas mais comumente passaram a entabular iniciativas relacionadas à natação, que progressivamente foi se vulgarizando e sendo reconhecida na capital do país (MELO, 2015).

A popularização da modalidade, assim como do costume de banhar-se com maior frequência, se articulava com questões mais amplas que permeavam o cotidiano do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, notadamente a necessidade de ordenação urbana de uma capital que cada vez mais ocupava o papel de centralidade na nação, em um momento marcado pela melhor estruturação da burocracia estatal e de diversificação econômica (SCHWARCZ, 1998).

Nesse cenário, Estado, mercado e sociedade civil estavam envolvidos – por razões diversas (e, sem dúvida, em graus variados) – com a disseminação de novos hábitos. Higiene, saúde e atividade física se tornaram associadas às ideias de progresso e civilidade.

Além disso, em conjunto com outros esportes, a natação se inseriu na dinâmica de uma cidade que progressivamente valorizava as diversões públicas e melhor estruturava um mercado ao redor dos entretenimentos (MELO, 2011), ocorrências que trouxeram impactos nas imagens e visões de corpo socialmente aceitas.

Um rápido olhar nos periódicos publicados na Corte na segunda metade dos Oitocentos permite perceber que a modalidade era anunciada nas propagandas de alguns estabelecimentos escolares. Nos balanços anuais publicados nos relatórios do Ministério do Império, encontramos um panorama aproximado da quantidade de alunos que faziam a natação nos colégios. Entre 1866 e 1874, esse número sempre foi superior a 300, sendo relevante o perfil das instituições que a ofereciam.

Tendo em vista esse cenário, este artigo tem por objetivo discutir a oferta e a presença da natação nas escolas do Rio de Janeiro do século XIX, procurando desvendar suas distintas facetas, seus sentidos e significados. Para alcance do objetivo, como fontes foram utilizados periódicos editados na cidade, tomando-se os devidos cuidados de entender o publicado como posicionamentos que devem ser prospectados na sua materialidade.

Adotamos como recorte temporal os anos de 1853, quando na cidade houve uma primeira iniciativa mais estruturada de ensino da natação em uma escola, o Liceu Roosmalen, e 1889, quando foi fundado o Colégio Militar, que promoveu algumas modificações nas concepções e iniciativas relativas à modalidade.

Vale destacar que o tema é ainda pouco estudado, a despeito de sua relevância em seu tempo. Em outras palavras, trata-se de uma história de uma prática corporal, enredada a uma história da educação, que ajuda a lançar novos olhares para a vida social da capital do país no período em tela.

## ENSINAR A NADAR: UMA PREOCUPAÇÃO ESCOLAR

Comentando um naufrágio que houvera na cidade, Arthur Azevedo, na seção Palestra de *O Paiz*, é peremptório: “Que ao menos sirva para convencer-nos de que a natação deve fazer parte da educação primária, se a educação é, como deve ser, o ensino de tudo quanto é útil a cada homem e seus semelhantes”<sup>5</sup>. Ao sumarizar os benefícios dos “exercícios natatórios”, conclama o autor: “Aprendam todos a nadar”.

A insatisfação do autor com o estágio da presença da modalidade nas escolas fluminenses não deve ser entendida como um retrato de sua inexistência, mas sim como reivindicação de alguém que desejava ver o país modernizado, que conclamava pela superação de barreiras para sua maior adoção em estabelecimentos educacionais.

De fato, no decorrer do século XIX, conforme se difundia socialmente a modalidade, muitas foram as sugestões para sua inserção nas escolas ou ensino em estabelecimentos próprios. Na verdade, antes de

os colégios da Corte adotarem o conteúdo, pelos jornais já se publicavam matérias exaltando a sua presença em instituições educacionais europeias<sup>6</sup>.

Em 1856, ao comentar a utilidade de um código municipal, José de Alencar, na condição de editor e um dos responsáveis pelo folhetim do *Diário do Rio de Janeiro*, defendeu a criação de escolas de natação<sup>7</sup>. Dois dias depois, o autor retomou o tema chamando a atenção para a possível contribuição da prática para a saúde pública, que a seu ver não deveria ficar restrita a medidas curativas<sup>8</sup>.

Entre os posicionamentos favoráveis à introdução da natação nas escolas fluminenses merece destaque o trato do assunto nas conferências populares, realizadas a partir de 1873, com o intuito de contribuir para a disseminação de informações científicas (CARULA, 2013).

Na sessão promovida em dezembro de 1876, o médico e empresário do ramo têxtil José da Cunha Ferreira abordou o tema “a educação sob o ponto de vista higiênico”<sup>9</sup>. O autor sugere que a educação física, que a seu ver deveria mesmo preceder a educação moral e intelectual, não estaria recebendo a devida atenção no Brasil. Para ele, a natação seria uma das estratégias a serem consideradas, em conjunto com a ginástica, a esgrima e a dança.

O assunto voltou a ser tratado em setembro de 1878 na fala do médico, conselheiro e parlamentar Manuel Francisco Correia sobre a educação física, ocasião que contou com a presença do Imperador. O teor é muito semelhante ao abordado por Cunha Ferreira, uma crítica à falta de atenção ao assunto e uma contundente defesa de sua importância, da urgência de sua implementação nas escolas, sendo a natação citada como importante ferramenta<sup>10</sup>.

Outro que abordou o tema com enfoque similar foi o facultativo Carlos Antônio de Paula Costa, nas aulas de seu curso de Higiene Popular, proferidas na escola noturna da Lagoa, uma iniciativa que foi adotada por muitos médicos na ocasião, com o intuito de difundir conhecimentos higienistas (CARULA, 2014). Vale lembrar que o esculápio era presidente da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias e um dos principais responsáveis pela publicação do periódico *Mãe de Família*, destinado à divulgação científica tendo em vista inclusive subsidiar a educação infantil. Na sua sétima lição, que tratou dos cuidados com o corpo, “falou da natação como um exercício ginástico necessário ao desenvolvimento físico”<sup>11</sup>.

Essas preocupações também se manifestaram em órgãos governamentais. O presidente da Junta Central de Higiene Pública<sup>12</sup>, Francisco de Paula Cândido, um dos mais influentes médicos do Rio de Janeiro do século XIX, no relatório anual de 1858, apontou a necessidade de se dedicar maior atenção à modalidade, destacando

ainda que “nada se tem feito no sentido de melhorar a educação física de nossa mocidade: os meios materiais, os passeios, a ginástica, a natação, os exercícios, a água, o ar puro.... tudo lhes faltaria”<sup>13</sup>.

Em 1877, o Conselho-Diretor, responsável por dirigir o aperfeiçoamento do sistema educacional da Corte, lançou a seguinte questão: “Não convirá que nos exercícios de ginástica que se praticam nos colégios sejam incluídos com muita especialidade os de natação? Se pela afirmativa: quais os meios de os realizar com a maior vantagem?”<sup>14</sup>.

Relacionada, portanto, às crescentes preocupações com a higiene e a saúde, a despeito de ser uma ideia progressivamente aceita, a operacionalização da inserção da natação nos colégios fluminenses esbarrava nas dificuldades gerais das escolas, notadamente no que tange à inadequação das instalações (LIMEIRA, 2012), problema que se fazia sentir ainda mais forte no tocante aos exercícios físicos (MELO; PERES, 2014a). Podemos claramente ver esse condicionante no caso do Colégio Pedro II<sup>15</sup>.

As preocupações com a educação física no âmbito da prestigiosa instituição existiam desde sua fundação, em 1838; aulas de ginástica e dança já eram oferecidas aos alunos na primeira metade do século XIX (CUNHA JÚNIOR, 2008). Na década de 1850, se começou a considerar mais seriamente a introdução da natação, especialmente quando se transferiu o internato para um lugar considerado mais adequado, localizado numa chácara no bairro do Engenho Velho (1857).

Entre os cuidados com a adequação do novo internato houve planos para a construção de instalações dedicadas à ginástica e aos banhos em geral, inclusive para a natação<sup>16</sup>, disposição que foi registrada no Decreto 2006 de 24 de outubro de 1857 (que aprovou o regulamento para colégios públicos secundários do município da Corte)<sup>17</sup>. A proposta entusiasmou muitos, que celebraram a possibilidade de melhor ensinar modalidades que, a despeito de sua importância, eram mal lecionadas. Segundo S. F., cronista do Diário do Rio de Janeiro, isso ocorria “em consequência das acanhadas proporções do antigo estabelecimento”<sup>18</sup>.

A despeito dos anúncios e das promessas, até a década de 1870 não fora construído um tanque para a natação, fato que chamou a atenção do Frei José de Santa Maria Amaral, na ocasião inspetor geral da instrução primária e secundária do município neutro da Corte e reitor do internato do Colégio Pedro II. Ele observou ser “fora de toda dúvida a necessidade” que tinha a instituição de ter um espaço apropriado para a prática da modalidade<sup>19</sup>.

No ano seguinte, Amaral voltou a lembrar que “não há também, muito embora o suponha o artigo 2º do regulamento de 24 de outubro de 1857, um tanque onde aprendam a natação, pois o que serve para os banhos gerais não é apropriado para este efeito”<sup>20</sup>. A ausência do equipamento foi criticada pelos jornais. Um cronista de *O Globo*, que assinava como Plácido, julgava importante resolver logo a pendência, bem como todas as relacionadas às más instalações<sup>21</sup>.

O fato é que a estrutura para a prática não saiu tão cedo do papel. Quando, por ocasião da República, o colégio ganhou um novo regulamento e foi renomeado para Ginásio Nacional, a modalidade ainda não tinha sido implementada. Curiosamente, em 1892, o promulgado código de postura para a construção e reconstrução de edifícios previa que “os colégios internatos e quartéis são obrigados [...] a possuir tanques de natação”<sup>22</sup>. Entre a previsão legal e a operacionalização, certamente, houve um longo tempo.

Esse condicionante também se manifestou em outras instituições educacionais públicas da Corte, com algumas poucas exceções. Previu-se, por exemplo, a introdução da modalidade no Asilo Agrícola, ligado ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura<sup>23</sup>. Não conseguimos saber se de fato chegaram a ser oferecidas aulas, mas percebemos que ao menos a estrutura para tal foi instalada na sede da Fazenda dos Macacos. Mais do que um tanque para banhos, havia um “banheiro para escola de natação”<sup>24</sup>.

Esse não foi o caso das escolas municipais e da Escola Normal da Corte, que enfrentaram dificuldades no que tange às instalações. Em 1886, identificava-se que “a insuficiência do espaço de que no edifício da Politécnica dispõe a Escola Normal tem ainda impedido o desenvolvimento do museu pedagógico, e é causo de que o ensino da ginástica se ache inteiramente transtornado”<sup>25</sup>. A introdução da natação fora sugerida mais de uma década antes<sup>26</sup>, mas não implementada por ausência de condições estruturais.

Um último caso de instituição pública merece ser citado, o Colégio Militar, fundado em 1889. O ensino da modalidade foi desde o início previsto, sendo mais relacionado ao desenvolvimento de habilidades militares<sup>27</sup>. Manuel Gonçalves Correia foi nomeado como primeiro mestre de ginástica e natação do estabelecimento<sup>28</sup>. Vicente Casali<sup>29</sup>, que na ocasião atuava no Colégio Pedro II, publicou uma nota criticando ter sido preterido nessa escolha por perseguição do Visconde Nogueira da Gama, a despeito do desejo do comandante Antonio Vicente Ribeiro de contratá-lo.



O que nos interessa no debate, que se prolongou por alguns dias, é que Casali contestou a qualidade de Correia, sugerindo que o escolhido “nem nadar saber”<sup>30</sup>. De toda forma, é importante identificar que, com peculiaridades em função das características desse estabelecimento educacional, a modalidade se implantou no Colégio Militar<sup>31</sup>.

Essa escola merece uma ressalva por ser ligada ao Ministério da Guerra, que já há alguns anos vinha implementando o ensino da modalidade nas suas instituições educacionais, como veremos mais adiante. Efetivamente, foram colégios privados que ofereceram a natação no meio civil. Entre esses se encontravam algumas dos mais importantes da cidade no século XIX.

Começemos pelo Liceu Roosmalen, um internato que oferecia curso secundário para meninos. Localizado na Rua do Rezende, nas redondezas da região central da cidade, era dirigido pelo francês A. Roosmalen, que tinha vasta experiência como educador em seu país de origem. Duas de suas preocupações eram notáveis: a busca de sintonização com o que havia de pedagogicamente mais avançado do mundo; articulado a esse aspecto, a preocupação com preceitos da higiene e da boa apresentação (LIMEIRA, 2008).

A natação sempre recebeu atenção e destaque no Liceu Roosmalen. Em dezembro de 1853, quando a escola completou seis meses de funcionamento e seus alunos foram submetidos a uma primeira avaliação pública, presidida pelo Visconde de Abrantes, o diretor, nas suas palavras finais, ao elencar as principais características da escola, observou, ao citar a modalidade: “Não excluiremos, pois, do nosso liceu nenhuma ciência, nenhuma arte, nenhuma espécie de instrução”<sup>32</sup>.

A busca de uma formação ampla e, ao mesmo tempo, aplicada ajuda a entender o cuidado com a modalidade. Nos anúncios nos jornais publicados, comumente era apresentada como “parte dos exercícios indispensáveis”<sup>33</sup> em um país que tem que lidar com “os perigos do mar”. Mais ainda, era relacionada ao reconhecimento da importância da ginástica, a “arte que dá destreza e vigor a todos os membros”. Uma ocorrência relevante: a dança, a ginástica e a esgrima eram cursos à parte, para os quais era necessário pagar uma taxa extra; já a natação integrava o conjunto de conteúdos obrigatórios<sup>34</sup>.

Em mais de uma oportunidade, Roosmalen deixou claro que as atividades físicas não eram um mero acessório, mas sim integravam a proposta diferenciada de seu liceu, inspirada em uma experiência francesa, “os imensos resultados do coronel Amoros”<sup>35</sup>. O responsável pelo ensino das práticas corporais, aliás, era “Mr. Roosmalen Filho”, que, segundo um anúncio, tratava-se de “um dos melhores discípulos do célebre Amoros, ex-diretor de todos os ginásios da França”<sup>36</sup>.

Além disso, o ensino da modalidade se articulava com as preocupações da escola com “todas as necessidades higiênicas exigidas para a boa saúde dos alunos”<sup>37</sup>. O mestre comumente aproveitava “os banhos de mar para dar os primeiros preceitos da arte da natação”<sup>38</sup>, bem como a sala de banhos de que dispunha o colégio<sup>39</sup>, reconhecido por ter instalações adequadas ao pleno desenvolvimento das suas intencionalidades pedagógicas.

A modalidade era também entendida como uma das que ajudariam no processo de disciplinarização e garantia da boa ordem, de desenvolvimento de certa moralidade entre os alunos, dimensões caras à proposta do colégio. O diretor se orgulhava de dizer que “quase todos os nossos meninos conhecem os princípios elementares da natação”<sup>40</sup>.

Outra instituição educacional fluminense de destaque que dedicou atenção à natação foi o Colégio Episcopal São Pedro de Alcântara, fundado em 1844. Apresentando-se como um dos que tinham melhores instalações (LIMEIRA, 2012), tornou-se no decorrer do tempo um dos mais importantes da cidade. Dirigido pelo cônego José Mendes de Paiva e três de seus irmãos padres, contando com uma comissão de inspeção integrada por personalidades do Império (como o Marquês de Abrantes, o Marquês de Caxias e o Conselheiro Eusébio de Queiroz), se localizava numa confortável propriedade no bairro do Rio Comprido.

Em sua publicidade, ao descrever suas instalações, inclusive aquelas ligadas à ginástica e aos entretenimentos “indispensáveis para o desenvolvimento físico e moral dos alunos”, informava-se que o colégio dispunha de “um grande tanque de natação e banho, onde os alunos aprendem a nadar, de forma oval, com 96 palmos de comprimento, 46 de largo e 7 de fundo na parte inferior e 5 na parte superior”<sup>41</sup>. É possível perceber que, de fato, havia iniciativas ligadas à modalidade, pelo menos alguma valorização do conteúdo. Por exemplo, em 1871, a direção informou que seus 181 alunos faziam aulas da prática<sup>42</sup>.

Mais para o fim do século, o colégio passou a ser dirigido pelo notório educador Antônio Zeferino Cândido: “Maçom, positivista, sócio do Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”, entre outros importantes cargos (MENEZES, 2010, p. 65). A natação continuou a ser um conteúdo valorizado, sempre encarada como contributo à construção de um novo modelo de sociedade, bem como sinal de que a escola tinha atenção ao que havia de mais moderno no que tange a propostas pedagógicas.

Também o Colégio Abílio, inspiração de Raul Pompéia em *O Ateneu*, desde os seus primeiros momentos, no início da década de 1870, dedicou atenção à natação, entre suas preocupações com a educação física, indicador do intuito de trabalhar com os alunos a

partir de uma perspectiva global (SAVIANI, 2000; VALDEZ, 2006). Como professor, atuava Ataliba Manoel Fernandes<sup>43</sup>, um dos mais renomados do século XIX, conhecido por sua atuação no Colégio Naval, na Escola Normal da Província, na Escola Normal da Corte, na Escola Militar e na Escola Municipal São Sebastião.

Assim como ocorria no Roosmalen, havia uma forte relação da natação com a questão da higiene, intermediada pela preocupação com os banhos. Mais ao fim do século, quando o Colégio Abílio se localizava na esquina da Rua Marquês de Abrantes com a Praia de Botafogo, se informou que oferecia três alternativas para os alunos banharem-se: uma sala com chuveiro, um tanque externo para natação (“podendo este comportar de uma só vez 50 meninos”), além do uso do mar<sup>44</sup>.

A modalidade era também oferecida no Colégio Fluminense (depois renomeado para Colégio Universitário Fluminense), dirigido por Afonso Herculano de Lima, egresso do antigo Instituto Comercial do Rio de Janeiro e bibliotecário da capital<sup>45</sup>. Localizado entre o Engenho Velho e o Rio Comprido, na Rua do Barão do Itapagipe, com as escolas citadas compartilhava a preocupação de se localizar em regiões mais distantes do centro, demonstrando atenção com a qualidade e a higiene das instalações<sup>46</sup>, bem como a busca por oferecer uma proposta pedagógica mais ajustada a padrões considerados atualizados. Até mesmo por essas características, havia denotada atenção à educação física, que também contemplava a prática da ginástica, esgrima e exercícios militares. Disponha de um tanque exclusivo para a prática da natação.

Merece ainda destaque o Colégio Menezes Vieira, fundado pelo médico Joaquim José de Menezes Vieira, em meados dos anos 1870, na região central da cidade (na Rua dos Inválidos). Seu funcionamento também se caracterizava por uma busca de sintonia com as novidades pedagógicas que vinham do continente europeu (BASTOS, 2002). As aulas de natação começaram a ser oferecidas, em 1877, de forma obrigatória para os alunos internos. Como a escola não possuía instalações para tal, fez uso das barcas de banho da região do Cais Pharoux, provavelmente também usando os serviços dos mestres daquele estabelecimento<sup>47</sup>.

Citemos ainda brevemente outras escolas que ofereciam a modalidade. Em 1864, o anúncio do Colégio de São Pedro Apóstolo, situado à Praia de Botafogo, inclusive informava o nome de seu professor, o Dr. Julio Ruffle<sup>48</sup>. O Colégio Novo Mundo, localizado na Rua dos Inválidos, em 1871, anunciava que possuía “magníficos tanques para banhos, sendo um de natação”<sup>49</sup>. Nesse mesmo ano, os 25 alunos do Colégio Falleti, com sede na Rua do Catumbi, dirigido por

Bernardo José Falleti, tinham acesso à prática<sup>50</sup>. Já o Colégio Magalhães, de propriedade do Dr. M. de Magalhães Couto, situado na Rua da Ajuda (região central), em 1877, disponibilizava a modalidade como uma opção extracurso, para a qual deveria se pagar por trimestre<sup>51</sup>.

Vale registrar que, em 1871, pela primeira vez, apareceu a informação de que seis mulheres aprenderam a modalidade, todas no Colégio Santa Alzira, localizado na Rua do Alcântara, dirigido por Maria José de Abreu Albernaz. As aulas foram ministradas por Bartholomeu Machado.

Destaca-se ainda a oferta de aulas no Liceu Minerva (1868-1869), no Colégio Moreira (1875), no Colégio Neves (1878), bem como, na última década do século, no Colégio São Luiz, localizado no bairro do Engenho Novo, que anunciava possuir “banheiros de natação”<sup>52</sup>, o mesmo que fazia o Colégio São Francisco das Chagas, situado no Andaraí-Grande (Tijuca)<sup>53</sup>. O Colégio Mayrink, instalado na mesma região, ressaltava que a oferta da modalidade se relacionava ao cuidado com a educação física, um sinal de que estava atento ao que havia de mais moderno<sup>54</sup>.

Comopodemosver, onúmero de estabelecimentos educacionais e de alunos envolvidos com a natação não era inexpressivo, sobretudo se considerarmos a heterogeneidade de forças, formas e sujeitos das ações educativas na Corte. Quantitativamente, pode-se ponderar que não era um grande número<sup>55</sup>. Todavia, merecem registro o perfil e a importância das escolas que ofereciam a natação.

No que tange ao ensino da modalidade, destaque mesmo merecem as escolas militares, certamente algo que tem relação com a melhor definição do papel das forças armadas e com o aperfeiçoamento do processo de preparação do combatente, dimensões que claramente se tornaram mais explícita em função da Guerra do Paraguai (ainda que algumas mudanças fossem mesmo anteriores) (BETHELL, 2012).

Vejam os que a modalidade foi abordada no interessante opúsculo de Eduardo Augusto Pereira de Abreu (1867), médico que esteve na Guerra do Paraguai e escreveu sobre a educação física, moral e intelectual do soldado. Para o autor, a natação desenvolveria importantes habilidades nos guerreiros, notadamente nos que se envolvessem em batalhas marítimas, além de fortificar o corpo e a moral<sup>56</sup>.

De fato, desde os anos 1850, instituições educacionais do Exército passaram a inserir a natação entre os conteúdos oferecidos aos seus alunos. Vale considerar que essa década “representou um momento de inflexão importante na configuração da carreira militar e na consolidação de sua relação com a formação obtida, na Escola, pelos oficiais de patentes mais altas” (ALVES, 2004, p. 5).

Em 1855, ocasião em que se criou uma escola de aplicação para o Exército, destinada a uma melhor preparação de oficiais, um complemento à formação da Escola Militar, a modalidade foi apresentada como um dos objetos de ensino prático, a seção diretamente ligada aos exercícios de combate<sup>57</sup>. Nos seus primeiros anos de funcionamento, todavia, a prática não foi implementada, ainda que já houvesse aulas de esgrima, a cargo de Antonio Francisco da Gama<sup>58</sup>, docente que também atuou em clubes e colégios da cidade, inclusive no Pedro II (MELO; PERES, 2014a, 2014b).

Em 1858, estimou-se que teriam início as aulas da modalidade, fazendo uso do mar da Praia Vermelha, onde passou a se localizar a Escola Militar<sup>59</sup>. Em 1860, a instituição já possuía uma casa de natação<sup>60</sup>. Na verdade, tratava-se de uma barca, à moda da que havia no Cais Pharoux.

É, contudo, somente em 1862 que se nomeou um primeiro mestre de natação na instituição, Pedro Guilherme Meyer<sup>61</sup>, um dos mais importantes personagens da educação física no Rio de Janeiro do século XIX, docente que desempenhou um papel protagonista na reestruturação da ginástica no Colégio Pedro II (CUNHA JUNIOR, 2008). Em 1864, assumiu também as aulas de ginástica da Escola Militar. Vale destacar que, com a reforma de 1863, tornara-se mais importante a escola da Praia Vermelha, notadamente no que tange aos aspectos específicos militares da formação (ALVES, 2004).

Meyer durante muitos anos esteve à frente do ensino da modalidade na Escola Militar, excluindo-se apenas alguns períodos de licença. Em 1867, por participar da Guerra do Paraguai, foi substituído por outro importante personagem da educação física do século XIX, o já citado Ataliba Manoel Fernandes<sup>62</sup>. Em 1879, por problemas de saúde, foi provisoriamente substituído por Paulino Francisco Paes Barreto<sup>63</sup>, que ficou em seu lugar em 1885, quando se aposentou<sup>64</sup>.

Em 1874, no âmbito de outra importante reforma, na qual a Escola Central desvinculou-se do Ministério da Guerra e tornou-se a Escola Politécnica, uma vez mais a natação fora prevista para as Escolas preparatórias e para a Escola Militar<sup>65</sup>, da mesma forma que para os Depósitos de Aprendizes Artilheiros<sup>66</sup>. No decorrer do século, isso foi uma constante. Em 1881, por ocasião de novo ajuste nas escolas Militar da Corte e do Rio Grande do Sul, estava lá a modalidade contemplada<sup>67</sup>.

Vejam os que trabalhavam com ginástica, esgrima e natação eram considerados não como professores, mas sim como mestres, recebendo um salário menor (em várias ocasiões foram solicitados aumentos em função dessa discrepância<sup>68</sup>) e mesmo tendo menos direitos. Em 1874, o Conselho de Estado chegou a decidir que

a aposentadoria não era uma prerrogativa dos mestres, exatamente porque não se tratavam de professores, conforme se previa na lei<sup>69</sup>.

No meio civil, em muitas ocasiões, houve ocorrências semelhantes. A divisão era clara e tinha impacto no *status* docente: mestres cuidavam do que era considerado prático, enquanto professores seriam mais relevantes por cuidarem das faculdades intelectuais.

Isso não explica linearmente, mas ajuda a entender a presença de parte desses militares no ensino civil. De fato, havia outros motivos para tal. Ampliava-se o mercado ao redor das práticas corporais institucionalizadas, crescentemente valorizadas na sociedade fluminense, fazendo-se necessário a contratação de profissionais com competência para atuar no ramo (MELO; PERES, 2014a, 2014b).

Deve-se ter em conta que as mudanças no modelo de formação militar, tornando-o mais moderno e científico, bem como o fato de que atuavam como docentes nas suas próprias instituições, foram fatores que contribuíram para que ocupassem postos fora dos quartéis (ALVES, 2002; 2008). Não surpreende, assim, que sua atuação tenha se extravasado para colégios civis, sociedades ginásticas e clubes.

Nas escolas da Armada, as preocupações com a natação foram até mesmo mais pronunciadas, em função da natureza óbvia da atividade profissional. Já na abertura da Academia da Marinha, em 1855, sugeriu-se que as instalações da Ilha das Cobras ofereciam plenas condições “para todos exercícios de ginástica e de natação com toda segurança”<sup>70</sup>.

Em 1860, tomou posse, na Escola de Marinha, o mestre de natação José da Costa, um dos que mais longevidade tiveram no posto no decorrer do século XIX<sup>71</sup>. Somente em 1889 se aposentou, sendo substituído por Vicente Casali<sup>72</sup>. Ao contrário, contudo, dos outros professores ligados às práticas corporais, Costa não chegou a atuar no meio civil.

Assim como se deu com o Exército, no decorrer do século houve algumas mudanças no formato das escolas de formação, a mais notável com a separação entre Colégio Naval e Escola de Marinha; em todos os momentos esteve contemplada a modalidade.

A partir de 1877, Ataliba Manoel Fernandes passou a atuar no Colégio Naval. Nessa instituição, o ensino da natação era ainda mais rigoroso, prevendo-se no regulamento que as provas de aptidão seriam “dadas na presença do diretor, do mestre respectivo e de um dos incumbidos de ensino idêntico na Escola de Marinha”. Aparentemente havia uma oferta de aulas com maior frequência, sempre “à hora que o diretor julgar mais conveniente”. De toda forma, nessa mesma época, “a inabilitação em qualquer dos exercícios não impede a aprovação subsequente, ainda mesmo na Escola de Marinha”<sup>73</sup>.



Nem sempre, de fato, logrou consenso a presença da natação na formação do militar de Marinha. Ainda persistia entre alguns uma preocupação com o que se considerava um desvio intelectual, com a concessão de muito espaço para as coisas da prática. Um leitor, que assina como Tenente, ao fazer uma ampla crítica à reforma das escolas da Armada, mesmo reconhecendo a importância da modalidade, sugere que não deveria ser matéria a ser tratada nessas instituições, mas sim exigência preliminar de responsabilidade da família<sup>74</sup>.

De toda forma, na Escola de Marinha, se os regulamentos de 1858<sup>75</sup> e 1871<sup>76</sup> previam duas aulas de natação por mês, sempre aos domingos, antes da missa, na última década da centúria, a prática já era uma exigência praticamente diária, tendo sido construída, inclusive, uma melhor estrutura para seu ensino. Da mesma maneira, nas mais diversas instituições educacionais da Armada espalhadas pelo país, inclusive nas escolas de aprendizes de marinheiros, tornou-se obrigatória a modalidade.

Como se pode ver inclusive pela publicação dos resultados dos exames pelos jornais, a natação passou a lograr certa valorização. Na transição dos séculos, enfim, estava plenamente incorporada às atividades da força.

## CONCLUSÃO

Uma das chaves para compreender a introdução do ensino da natação em instituições escolares na cidade do Rio de Janeiro do século XIX – assim como no caso da educação física e, em particular, da ginástica – é a difusão de discursos médico-higienistas cujas “raízes” se encontravam do outro lado do atlântico (SOARES, 2004; GONDRA, 2004). Diversos investigadores, inclusive, já assinalaram como a relação entre práticas corporais, higiene, medicina e saúde estruturou projetos para a educação nacional (GONDRA, 2004; CUNHA JÚNIOR, 2008; MELO; PERES, 2014a, 2014b).

Sem dúvida, saúde e higiene, associadas às concepções de progresso, ciência e civilidade, informaram o ensino da prática nas escolas fluminenses. Todavia, não se deve deixar de considerar o impacto do crescimento dos espetáculos que tinham o corpo como protagonista, promovidos por clubes e sociedades, mas também observados em circos, arenas de touradas e riques de patinação (MELO; PERES, 2014b).

De toda forma, o crescimento das iniciativas e das preocupações com a educação do corpo se deu *pari-passu* às novas exigências da modernidade (VIGARELLO; HOLT, 2008). Nesse cenário, a

valorização da natação estava articulada à compreensão de que poderia ser uma estratégia pedagógica inserida em projetos de formação física, moral e intelectual da infância e da juventude do Império.

Assim, a presença da modalidade nas escolas, na mesma medida em que manifestava a multiplicidade de dimensões que cercava o tema, exponenciava inferências sobre suas possíveis contribuições para os indivíduos, para a sociedade e para a nação. Nesse sentido, deve-se entender a peculiaridade da presença da modalidade nos âmbitos educacionais civil e militar. Mesmo com similaridades, a intenção-fim determinava o seu grau de valorização e a sua dinâmica.

Da mesma forma, as diferenças entre a sua presença no ensino público e privado não apenas demonstram as especificidades de como a modalidade foi apropriada e conformada, com ênfases e mesmo acepções distintas, como também a própria relação entre natação, exercício corporal e saúde possui uma historicidade, não sendo, portanto, óbvia, gratuita e muito menos isenta de embates e tensões.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, E. A. P. de. *Estudos hygienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado*: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército. Rio de Janeiro: s.n., 1867.
- ALVES, C. M. C. *Cultura e política no século XIX*: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- ALVES, C. M. C. Militares e Ensino Secundário no Século XIX. In: SBHE. *III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba: PUC, 2004.
- ALVES, C. M. C. O ensino secundário militar na contramão das tendências do Império. *História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 13-37, 2008.
- ARNAL, T. *La révolution des mouvements*: gymnastique, morale et démocratie au temps d'Amoros (1818-1838). Paris: L'Harmattan, 2009.
- BASTOS, M. H. C. B. *Pro Patria Laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- BETHELL, L. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, J. M. (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* – A construção nacional (1830-1889). v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 131-178.
- BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1856, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura (publicado em 1857). Rio de Janeiro: Ministério do Império, 1857. p. 65. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/000067.html>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- BRASIL, Decreto nº 4.720, de 22 de Abril de 1871. Altera o Regulamento da Escola de Marinha, em virtude da autorização contida no § 18 art. 8º da Lei nº 1836 de 27 de Setembro de 1870. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871, Página 262 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4720-22-abril-1871-552122-publicacaooriginal-69133-pe.html>>. Acesso em: 28 set. 2014.



BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 1872. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1698/000217.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Império. Ofícios das delegacias em resposta à circular de 8 de janeiro de 1872. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1698/000273.html>>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 1873. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1701/000280.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1874, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura (publicado em 1875). Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/001011.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRASIL. Decreto 6440, de 28 de dezembro de 1876. Cria o Colégio Naval, ficando suprimido o Externato de Marinha. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6440-28-dezembro-1876-549890-publicacaooriginal-65426-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

CÂNDIDO, Francisco de Paula. Relatório do Presidente da Junta Central de Higiene Pública. In: BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1858, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 10ª legislatura. (publicado em 1859). Rio de Janeiro: Ministério do Império, 1859. p. A-G-1 - A-G-17. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1731/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

CARULA, K. Conferências Populares da Glória (1873-1889): preleções para a discussão do cotidiano na Corte imperial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 458, p. 291-318, 2013.

CARULA, K. Espaços públicos de vulgarização científica na capital imperial (1870-1889). *História Unisinos*, v. 18, n. 1, p. 78-90, jan.-abr. 2014.

CONCEIÇÃO, J. T. da. Colégios-internatos nas páginas do Almanak Laemmert (1845-1889). *Clío – Série História do Nordeste (UFPE)*, Recife, v. 31, p. 1-19, 2013.

CUNHA, Ambrósio Leitão da. Instrução primária e secundária. In: BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1886, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 20ª legislatura. (publicado em 1887). p. 33. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1372/>>. Acesso em: 16 out. 2012.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. da. *Imperial Collegio de Pedro II: o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DONIN, L. de A. *Academia de Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*. 2014. 183 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. In: BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1877, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura. (publicado em 1878). p. A-C2-1 - A-C2-48, 1878. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1744/>>. Acesso em: 21 set. 2014.

GONDRA, J. G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, J.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMEIRA, A. M. O comércio da instrução: práticas educativas e publicidade no século XIX. *Linguagem, Educação e Sociedade*, Teresina, v. 13, p. 84-102, 2008.

LIMEIRA, A. M. Arquitetura do saber: espaços físicos de colégios privados na corte imperial. *Revista Exitus*, Santarém, v. 2, n. 2, p. 117-135, 2012.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MELO, V. A. de. O corpo esportivo nas searas tupiniquins – um panorama histórico. In: AMANTINO, M.; PRIORE, M. D. (Org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011. p.123-145.

MELO, V. A. de. Enfrentando os desafios do mar: a natação no Rio de Janeiro do Século XIX (anos 1850-1890). *Revista de História*, São Paulo, n. 172, p. 299-344, jun. 2015.

MELO, V. A. de; PERES, F. de F. Relações entre ginástica e saúde no Rio de Janeiro do século XIX: reflexões a partir do Colégio Abílio (1872-1888). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2015. (no prelo)

MELO, V. A. de; PERES, F. de F. O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1131-1149, dez. 2014a.

MELO, V. A. de; PERES, F. de F. *A gymnastica nos tempos do Império*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2014b.

MENEZES, R. C. D. de. O problema do ensino da leitura no último quartel do século XIX: Portugal, Brasil e o debate sobre o par decadência/atraso. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 23, p. 41-69, mai.-ago. 2010.

PERES, F. de F.; MELO, V. A. de. A introdução da ginástica nos clubes do Rio de Janeiro do século XIX. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 471-493, abr./jun. de 2014.

POMPÉIA, R. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 2007.

SAVIANI, D. Um barão brasileiro no Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires: as idéias pedagógicas de Abílio César Borges, barão da Macahubas. *História da Educação*, Pelotas, v. 4, n. 7, p. 41-58, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIRVENT, R. F. *Francisco Amorós y los inicios de la Educación Física moderna*. Biografía de un funcionario al servicio de España y Francia. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.

SILVA, C. L. B. da; MELO, V. A. de. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. *História, ciência, saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 337-354, jun. 2011.

SOARES, C. L. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

VALDEZ, D. Mens sana in corpore sano: os colégios do Dr. Abílio Cesar Borges, o Barão de Macahubas (1858-1891). *Revista HISTEDBR Online*. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial.html)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

VIGARELLO, G.; HOLT, R. O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). *História do corpo*. v. 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 393-478.

## NOTAS

<sup>1</sup> Vale destacar que outros literatos do momento inseriram a natação em suas obras: Aluísio Azevedo (*O Coruja*, 1885), Artur Azevedo (*Capital Federal*, 1897), Machado de Assis (*Dom Casmurro*, 1899).

<sup>2</sup> Sobre as características e importância da obra, bem como a presença das atividades físicas nesse romance, ver Melo e Peres (2015).

<sup>3</sup> Aqui não estamos falando somente de um hábito cotidiano ou de uma prática espontânea, mas sim de uma modalidade que tem certas técnicas, agentes e instituições responsáveis, uma prática corporal institucionalizada. O seu ensino é uma das facetas de sua conformação.

<sup>4</sup> Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil, 1842, p. 162.

<sup>5</sup> O Paiz, 13 jan. 1895, p. 1.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, *Museo Universal*, 12 set. 1840, p. 81.

<sup>7</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 2 abr. 1856, p. 1.

<sup>8</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 4 abr. 1856, p. 1. Outros exemplos de elogios à natação publicados em periódicos podem ser vistos em *Correio Mercantil*, 3 out. 1856, p. 1; *Revista Popular*, 1859, p. 234; *O Globo*, 8 jan. 1875, p. 2.

<sup>9</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 27 dez. 1876, p. 3.

<sup>10</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 set. 1878, p. 2. Com teor semelhante, pelo notório médico Feliciano Pinheiro de Bittencourt, o tema foi de novo abordado em julho de 1879 (*O Apóstolo*, 11 jul. 1879, p. 3).

<sup>11</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 ago. 1877, p. 2. No decorrer do século, muitos médicos dedicaram reflexões à natação. Esse, por exemplo, é o caso da memória sobre o tema apresentada pelo Dr. Carlos Eboli à Academia Imperial de Medicina (*ANAIAS BRASILIENSES DE MEDICINA*, abr. 1871, p. 41).

<sup>12</sup> Criada em 1850, foi uma das principais medidas relacionadas às tentativas de o Estado intervir na melhoria do estado sanitário da capital e do Império em geral.

<sup>13</sup> CÂNDIDO, 1859.

<sup>14</sup> FIGUEIREDO, 1878.

<sup>15</sup> Para um panorama da educação no cenário do Império, ver Gondra e Schueler (2008).

<sup>16</sup> BRASIL, 1857.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1730/000241.html>>.

<sup>18</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 1 fev. 1858, p. 1.

<sup>19</sup> BRASIL, 1872.

<sup>20</sup> BRASIL, 1873.

<sup>21</sup> *O Globo*, 21 set. 1874, p. 4.

<sup>22</sup> *Almanak Laemmert*, 1892, p. 437.

<sup>23</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 31 out. 1870, p. 1.

<sup>24</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 nov. 1884, p. 2.

<sup>25</sup> CUNHA, 1887.

<sup>26</sup> BRASIL, 1875.

<sup>27</sup> *Cidade do Rio*, 4 abr. 1889, p. 2.

- <sup>28</sup> Gazeta de Notícias, 7 abr. 1889, p. 2.
- <sup>29</sup> Vicente Casali foi um dos grandes personagens da educação física no século XIX, atuando em muitas importantes instituições públicas e privadas. Era afeito a polêmicas, notabilizando-se pelos enfrentamentos públicos pelos jornais. Para mais informações, ver Souza (2011) e Melo e Peres (2014b).
- <sup>30</sup> Diário do Rio de Janeiro, 11 abr. 1889, p. 3.
- <sup>31</sup> Ver Jornal do Brasil, 23 jan. 1895, p. 2.
- <sup>32</sup> Correio Mercantil, 25 dez. 1853, p. 2.
- <sup>33</sup> Correio Mercantil, 18 dez. 1854, p. 2.
- <sup>34</sup> Almanak Laemmert, 1855, p. 378.
- <sup>35</sup> Correio Mercantil, 3 jan. 1857, p. 2. Além de diretor do Ginásio Normal de Paris, Francisco Amoros (Valência, 1770 – Paris, 1848) é considerado um dos precursores da Educação Física moderna e um dos difusores do ensino da ginástica na França. Para mais informações, ver Sirvent (2005) e Arnal (2009).
- <sup>36</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 435.
- <sup>37</sup> Correio Mercantil, 23 out. 1858, p. 2.
- <sup>38</sup> Correio Mercantil, 25 dez. 1853, p. 2.
- <sup>39</sup> Correio Mercantil, 26 abr. 1859, p. 4.
- <sup>40</sup> Revista Popular, 1859, p. 2.
- <sup>41</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 435.
- <sup>42</sup> BRASIL, 1872.
- <sup>43</sup> Gazeta de Notícias, 8 mai. 1883, p. 4.
- <sup>44</sup> O Paiz, 16 jan. 1894, p. 2.
- <sup>45</sup> Gazeta de Notícias, 19 abr. 1879, p. 3.
- <sup>46</sup> Em seus anúncios, por exemplo, destacava que nunca havia sido atingido por epidemias (Almanak Laemmert, 1897).
- <sup>47</sup> O Globo, 28 jun. 1877, p. 3.
- <sup>48</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 jan. 1864, p. 4.
- <sup>49</sup> Diário do Rio de Janeiro, 29 dez. 1874, p. 4.
- <sup>50</sup> Ofícios das delegacias em resposta à circular de 8 de janeiro de 1872. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1698/000273.html>>.
- <sup>51</sup> Almanak Laemmert, 1877, p. 629.
- <sup>52</sup> Gazeta de Notícias, 29 abr. 1892, p. 5.
- <sup>53</sup> Gazeta de Notícias, 1 nov. 1892, p. 6.
- <sup>54</sup> O Tempo, 27 jun. 1893, p.2.
- <sup>55</sup> A título de referência, vale informar que, segundo Conceição (2013), na Corte: “no ano de 1874 eram 114 estabelecimentos, sendo 49 dedicados ao ensino primário, 64 para ambos os níveis de ensino e quatro colégios que somente ministravam aulas do ensino secundário. Estes colégios foram frequentados por 9.596 alunos, sendo que na instrução primária estavam 3.749 alunos do sexo masculino e 2.361 alunos do sexo feminino; na instrução secundária, do sexo masculino foram 2.722 alunos, e do sexo feminino, 794 alunas” (p. 4).
- <sup>56</sup> Para mais informações, ver Silva e Melo (2011).

- <sup>57</sup> Correio Mercantil, 5 fev. 1855, p. 1.
- <sup>58</sup> Almanak Laemmert, 1856, p. 229.
- <sup>59</sup> Almanak Laemmert, 1858, p. 262.
- <sup>60</sup> Correio Mercantil, 2 fev. 1862, p. 2.
- <sup>61</sup> Almanak Laemmert, 1862, p. 249
- <sup>62</sup> Correio Mercantil, 7 jan. 1868, p. 2.
- <sup>63</sup> Gazeta de Notícias, 12 abr. 1879, p. 1.
- <sup>64</sup> O Brasil, 1 jan. 1885, p. 2. Alguns anos depois, Paulino teria como auxiliar João Xavier do Rego Barros (Cidade do Rio, 19 dez. 1888, p. 1).
- <sup>65</sup> Diário do Rio de Janeiro, 5 jan. 1863, p. 1.
- <sup>66</sup> Diário do Rio de Janeiro, 21 jan. 1866, p. 1.
- <sup>67</sup> Almanak Laemmert, 1882, p. 2019.
- <sup>68</sup> Ver, por exemplo, Diário do Rio de Janeiro, 17 e 23 set. 1875, p. 2, e Gazeta de Notícias, 29 mar. 1882, p. 1.
- <sup>69</sup> O debate se deu em função de um problema com Pedro Orlandini, mestre de esgrima na Escola da Marinha (Diário do Rio de Janeiro, 23 ago. 1874, p. 2).
- <sup>70</sup> Correio Mercantil, 2 mar. 1855, p. 2.
- <sup>71</sup> Almanak Laemmert, 1860, p. 248.
- <sup>72</sup> Gazeta de Notícias, 8 ago. 1889, p. 1. Casali acabou demitido em 1892.
- <sup>73</sup> BRASIL, 1876.
- <sup>74</sup> Diário do Rio de Janeiro, 1 set. 1861, p. 2.
- <sup>75</sup> BRASIL, 1858. Para mais informações sobre a natação nesse período, ver Donin (2014).
- <sup>76</sup> BRASIL, 1871.

**Recebido:** 11/12/2014

**Aprovado:** 24/09/2015

**Contato:**

Faculdade de Educação/UFRJ  
Campus da Praia Vermelha  
Avenida Pasteur, 250/fundos/2º andar  
Rio de Janeiro | UF | Brasil  
CEP 22.290-240